



Número: **0800116-56.2020.8.18.0143**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Piracuruca Sede**

Última distribuição : **09/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDILSON DE CERQUEIRA SILVA (AUTOR)		RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7803129	09/01/2020 13:28	Petição Inicial	Petição Inicial
7803131	09/01/2020 13:28	DOC. COMPROBATORIOS- EDILSON	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7803133	09/01/2020 13:28	PROC. E DOC PESSOAIS- EDILSON	Procuração

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PIRACURUCA-PI

EDILSON DE CERQUEIRA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF nº 780.097.153-87 no RG sob nº 1.631.545 SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Matias Antonio Nonato, S/N, Bairro Urbano, São José do Divino - Piauí, CEP. 64.245-000, *sem endereço eletrônico identificado*, por seu Advogado que esta subscreve (procuração anexa), também já qualificado em instrumento procuratório incluso, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor,

AÇÃO DE COBRANÇA

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DOSEGURO DPVAT**, com endereço sito à Rua SEN. DANTAS, Nº 74, 15º ANDAR – CENTRO – RIO DE JANEIRO (RJ), CEP. 20.031-205 e CNPJ Nº.09.248.608/0001-04, por seu representante legal, alegando para tanto as motivações de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, avulta notar que a parte Requerente faz jus ao benefício da justiça gratuita por ser pessoa pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, nos termos do que dispõe o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal combinado com a Lei 1.060/50 e da Lei 7.115/83, razão pela qual pleiteia o benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, conforme se infere declaração inclusa. (doc. 01 anexo).

II – DOS FATOS

O Requerente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 29/10/2018, por volta das 17:30 hs, na estrada de piçarra que liga a localidade Adobe a cidade de São José do Divino-PI próximo à curva de acesso a Barragem de pedra do riacho suçuarana, pilotava a motocicleta marca HONDA, modelo CG 125 FAN, fabricação e modelo 2008, cor preta, placa NHX-4412, chassi 9C2JC30708R541708, quando perdeu o controle da moto e caiu sofrendo fratura na face do lado esquerdo, conforme documento em anexo.

O Promovente necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, como demonstram o Boletim



de atendimento do centro de Saúde Antônio de Sousa Brito do São José do Divino no dia 29/10/2018 e depois encaminhado para a clínica Armando Cajubá em Parnaíba-PI. O Atestado médico demonstra que o requerente é portador da **CID 10 V27(motociclista traumatizado em colisão com um objeto fixo ou parado)**, e **perdeu 80%** da face/nariz em decorrência deste acidente, e que, a invalidez é permanente não havendo possibilidade de operação ou de cura. Desta forma Excelência, o requerente postulou administrativamente o recebimento do Seguro DPVAT por invalidez permanente com Sinistro de Nº 3190259856, entretanto, o pagamento foi negado pela reclamada, sob o equivocado parecer de que *“o dano pessoal evoluiu sem seqüela definitiva”*.

Ocorre que o laudo médico apresentado mostra que o requerente perdeu 80% da face/nariz em decorrência deste acidente, portanto ficando inválido, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340.

Diante de tais fatos, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, com a devida correção monetária.

III – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

De imediato, em atenção aos princípios da celeridade e economia processual, quanto à realização da audiência de conciliação e/ou mediação prevista no art. 319, VII do NCPC, este autor requer, mesmo para que não haja mais delongas, a realização de audiência UNA nos termos dos artigos 21 e 28 da Lei 9099/1995, mostrando desde já seu desinteresse em uma primeira audiência, somente para autocomposição, nos termos do Art. 334, § 5º do NCPC.

IV - DO DIREITO

O direito de receber o Seguro DPVAT invalidez está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º § 1º, b, da lei 6.194/74 abaixo descrita:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado **mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

Assim, vê-se necessária a realização de perícia médica por profissional imparcial indicado por este juízo, de forma a serem aferidas com exatidão o grau das lesões



sofridas pelo autor.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente direito a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). É o que demonstra o dispositivo a seguir da supracitada lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: [\(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009\)](#). [\(Produção de efeitos\)](#).”

(omissis)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)”

(grifou-se)

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e os danos dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pelo autor, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte



autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Destarte, demonstra-se que no presente caso todos os requisitos legais para a obtenção do direito a indenização, uma vez que foi comprovado o direito do mesmo, o que torna injustificável a resistência da Requerida.

V - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Para as demandas intentadas no âmbito das relações de consumo existe regra especial que autoriza, a inversão do ônus da prova, transferindo-o do autor para o réu (art. 6º, VIII do CDC);

“Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;”

Que seja concedido esse direito, para que haja a proteção à parte mais vulnerável da relação de consumo, o Requerente como consumidor.

VI- DO PEDIDO

ISTO POSTO, requer-se a Vossa Excelência:

1 – Que seja julgada procedente a presente Ação, afim de que, **antecipando os efeitos da tutela, a teor do art. 300, e segs., do CPC, condene a Seguradora Requerida ao pagamento da importância equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seu valor proporcional em razão da lesão ocasionada;**

2 - Que os valores sejam devidamente atualizados, inclusive incidindo juros e correção monetária, nos termos da Súmula 43 do STJ: *"Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"*;

3 -A citação da Requerida para comparecer à audiência conciliação instrução e julgamento, e querendo, contestar a presente ação, com as advertências de praxe, inclusive quanto à confissão em caso de revelia, informamos por oportuno, que não temos conhecimento do endereço eletrônico (e-mail) da parte Requerida;

4 - Com fulcro no art. 319, VII, do NCPC, dispensar a designação de audiência de conciliação/mediação, sendo esta apenas UNA nos termos dos artigos 21 e 28 da Lei 9099/1995;

5 - A concessão do benefício da assistência jurídica gratuita, nos termos da Lei 1.060/50, haja vista que a parte autora estar sem condições financeiras suficientes que lhe permita suportar eventuais custas decorrentes do processo sem que isto lhe traga prejuízo ao próprio sustento;

6 - A inversão do ônus da prova em favor do Requerente, tendo em vista a sua hipossuficiência e, ainda, a verossimilhança das suas alegações, a teor do que autoriza o inciso VIII, do art. 6º, do CDC;

7 - Requer a condenação do requerido no pagamento de todas as despesas processuais e em honorários advocatícios, à base de 20%, quando então, no caso de recurso por parte da Requerida.



Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal da parte adversa, documentos colacionados, oitiva de testemunhas a serem oportunamente arroladas, sem prejuízo de quaisquer outros que se fizerem necessários no curso da instrução processual.

Dá-se à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses termos,
pede deferimento.

Piracuruca-PI, 09 de Janeiro de 2020.

RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO:.

OAB-PI 16439





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 235811.000050/2018-53

Unidade de Registro: DP DE PIRACURUCA

Resp. pelo Registro: Jefferson Paulo Ribeiro Soares

Data/Hora: 06/11/2018 - 12:33

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE SÃO JOSÉ DO DIVINO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

SÃO JOSÉ DO DIVINO

Endereço

PRÓXIMO A BARRAGEM DE PEDRA DA LOCALIDADE ADOBE, Nº:

Complemento

Data/Hora

29/10/2018 - 19:30

Bairro

OUTROS - ZONA RURAL

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: EDILSON DE CERQUEIRA SILVA

RG: 1631545 SSP PI

Mãe: FRANCISCA DAS CHAGAS CERQUEIRA SILVA

Pai: ONOFRE GOMES DA SILVA NETO

Endereço: LOCALIDADE AREIAL, Nº S/N

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: SÃO JOSÉ DO DIVINO - CEP: 64245-000

Telefone(s): 86-8119-0270

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

Nome: LUCILENE FONTENELE RIBEIRO

RG: 21141148 SSP PI

Mãe: MARIA MACHADO FONTENELE RIBEIRO

Pai: JOSÉ BENTO RIBEIRO

Endereço: RUA BENEDITO DA SILVA CARVALHO, Nº 1145

Complemento: BAIRRO BATOQUE

Bairro: NÃO INFORMADO

Cidade: SÃO JOSÉ DO DIVINO - CEP: 64245-000

Telefone(s): 86-8119-0270

Tipo Envolv.: TESTEMUNHA

Nome: PEDRO PAULO DE OLIVEIRA MACHADO

RG: 1496860 SSP PI

Mãe: AUCINE MARTINS DE OLIVEIRA MACHADO

Pai: BERNARDO DE CERQUEIRA MACHADO

Endereço: RUA ANTONIO SILVINO, Nº 181

Bairro: CENTRO

Cidade: SÃO JOSÉ DO DIVINO - CEP: 64245-000

Telefone(s): 12-9723-2335

Tipo Envolv.: TESTEMUNHA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca: Modelo:

1 - HONDA. CG 125 FAN

Ano: Placa: Chassi:

2008 NHX4412 9C2JC30708R541708

Renavam:

958258481

Cor:

Preta

Condutor: EDILSON DE CERQUEIRA SILVA

RG: 1631545 Órgão: SSP UF RG: PI

End: LOCALIDADE AREIAL Número: S/N Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO DIVINO UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Proprietário: MANOEL MACHADO DE BRITO

Cidade: PIRACURUCA UF: Bairro:

Boletim de Ocorrência emitido em: 06/11/2018 11:33 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 1/2





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

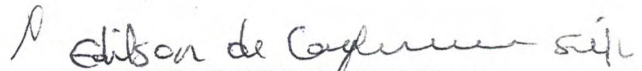



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 235811.000050/2018-53

RELATO DA OCORRÊNCIA

O NOTICIANTE COMUNICA QUE NA DATA E HORÁRIO ACIMA, PILOTAVA A MOTOCICLETA SUPRA QUALIFICADA PELA ESTRADA DE PIÇARRA QUE LIGA A LOCALIDADE ADOBE A CIDADE DE SÃO JOSÉ DO DIVINO. QUE AO CHEGAR NA CURVA DE ACESSO A BARRAGEM DE PEDRA DO RIACHO SUSSUARANA, AINDA NA LOCALIDADE ADOBE, PERDEU O CONTROLE DA MOTO E CAIU SOFRENDO FRATURA NA FACE DO LADO ESQUERDO. QUE SOMENTE CERCA DE MEIA HORA DEPOIS FOI QUE APARECEU NO SENHOR E LHE SOCORREU LEVANDO PARA O UBS DE SÃO JOSÉ DO DIVINO, DE ONDE FOI ENCAMINHADO PARA A CLÍNICA ARMANDO CAJUBÁ EM PARNAIBA-PI.

 Jefferson Paulo Ribeiro Soares - Mat. 2982498
AGENTE DE POLÍCIA


EDILSON DE CERQUEIRA SILVA - Noticiante
Responsável pela Informação


Delegado de Polícia


Bel. Hingó de Alcântara Soares Filho
Delegado de Polícia Civil
Mat. 299067-9



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO Secretaria Municipal de Saúde Centro de Saúde Antônio de Sousa Brito		Convênio SUS Sistema Único de Saúde
Paciente: <u>Edilson de Oliveira</u> D.N. <u>414</u>		Médico
Cartão do SUS <u>704 7037819 5730</u>		Enfermagem
End.: _____		
Cidade: _____	Estado: _____	
Sexo: _____	Horário: _____	
Data: <u>21/10/18</u>		
Queixa Principal: <u>trauma facial e lesão</u> <u>superfície da face e a</u> <u>parte da cabeça</u> <u>consequente</u> <u>fratura simples</u> <u>de maxila superior direita</u> <u>de maxila inferior esquerda</u>		
H. D. _____		Alta: Data: _____ / _____ / _____
CID: _____		Horário: _____
CD: <input checked="" type="checkbox"/> Consulta		
<input type="checkbox"/> Consulta com medicação / Aerosol (descrever)		
<input type="checkbox"/> Consulta com pequena cirurgia (descrever)		
<input type="checkbox"/> Consulta com internação (Anexar AIH)		
<input type="checkbox"/> Consulta com aparelho gessado (descrever)		
<input type="checkbox"/> Consulta com encaminhamento (descrever)		
<input type="checkbox"/> Consulta com observação (descrever)		
Assinatura do Paciente		
Assinatura do Médico com carimbo		

Nota: a) Os procedimentos realizados não serão cobrados dos pacientes.



CLÍNICA ARMANDO CAJUBÁ

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRO MÉDICO PARNAIBANO

Nº Ordem: 259312

Rgh: 79114

Data: 01/11/2018

Cliente: EDILSON DE CERQUEIRA SILVA

Médico:

Exame: TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO

Laudos

TÉCNICA:

Realizados cortes axiais (com reconstruções multiplanares e em 3D) do crânio, sem a injeção endovenosa de contraste iodado, evidenciando:

ACHADOS:

- Fraturas na hemiface esquerda, envolvendo o zigoma, parede lateral da órbita e arco zigomático homolaterais.
- Discreto hematoma periorbitário à esquerda.
- Solução de continuidade na porção cartilaginosa do septo nasal.
- Calota craniana íntegra.
- Sulcos corticais e cisternas encefálicas normais.
- Ventriculos laterais e terceiro ventrículo com morfologia e dimensões preservadas.
- Parênquima cerebral com morfologia e atenuação normais.
- Tronco cerebral e cerebelo com morfologia e atenuação preservados.
- Ausência de calcificações de aspecto patológico.
- Linha média sem desvios significativos.

OPINIÃO: - Fraturas na hemiface esquerda, envolvendo o zigoma, parede lateral da órbita e arco zigomático homolaterais.

- Discreto hematoma periorbitário à esquerda.

- Solução de continuidade na porção cartilaginosa do septo nasal.

Dr. Brenno Marco Pereira Gomide
CRM-PI 5507
Médico Radiologista RQE 2101

Dr. Armando Cajubá de Britto Neto
CRM-PI 3929
Médico Radiologista RQE 1647

Dr. Armando Cajubá de Britto Filho
CRM-PI 1220
Médico Radiologista RQE 2103

CNPJ 35.146.141/0001-00 - Av. Pres. Vargas, 866 - Fone: (0**86) 3321-2971 - Fax: (0**86) 3321-2903 - Parnaíba - Piauí
E-mail: clinicaarmandocajuba@hotmail.com - Site: www.clinicaarmandocajuba.com.br



Assinado eletronicamente por: RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO - 09/01/2020 13:28:24
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20010913282397500000007456655>
Número do documento: 20010913282397500000007456655

Num. 7803131 - Pág. 4

LAUDO MÉDICO

PACIENTE Edilson da Conceição Silva,
VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO EM 29/10/2018, TENDO
CONSEQUENCIA fratura facial
(COLOCAR AS FRATURAS QUE A VÍTIMA SOFREU), SUBMETIDO A
TRATAMENTO (CIRURGICO OU CONSERVADOR) TENDO ALTA DEFINITIVA
DO TRATAMENTO EM 10/02/2019 QUALQUER DATA 90 DIAS APÓS
O ACIDENTE.

ATUALMENTE APRESENTA fratura na base da Nariz (COLOCAR
AS SEQUELAS QUE RESTARAM NA VITIMA DE FORMA DEFINITIVA) COM
PERDA FUNCIONAL EM 80 % (QUANTIFICAR EM PERCENTUAL
A PERDA FUNCIONAL DO MEMBRO AFETADO).

CID. V27.

DATA

ASSINA

Francisco de Sales Fernandes
Médico
CRM-PI 1516 CFM 112.04



“PROCURAÇÃO“AD JUDICIA ET EXTRA”

OUTORGANTE: Edilson da Arquiara Silva, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF sob o n. 780.099.153-87, RG n. 1.631.545 SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Matias Antônio Monato, 51A, Bairro Urbano, São José do Divino-PI, CEP: 64.245-000.

OUTORGADO: RAYLSON BRENO DOS SANTOS RIBEIRO, brasileiro, casado, advogado, OAB-PI 16439, residente e domiciliado na Rua: Ver. Francisco Machado de Sousa, 1409, Baixa da Ema, Piracuruca-PI, CEP: 64.240-000.

PODERES: Confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, podendo praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, bem como praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas e recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, e os especiais para transigir, requerer benefícios, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, podendo atuar em conjunto ou separadamente, podendo, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento deste mandato, e, ainda, substabelecer esta em outrem, no todo ou em parte e com ou sem reservas de iguais poderes.

Piracuruca-PI, 16 de Dezembro de 2019.


Outorgante

Rua: Ver. Francisco Machado de Sousa, Nº 1409, Baixa da Ema, Piracuruca-PI – CEP: 64.240-000
Telefone Celular: (86) 9944-9890 e-mail: raylsonbrenoadv@hotmail.com



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Edilson de Cezar e Silva, brasileiro,
Portuense, maior, inscrito no CPF n.º 780.097.153-87, RG n.º 1.631.545
SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Matias Antonio Nogueira,
514, Urbano, São José do Divino - PE, CEP: 64.245-000, DECLARO, para
todos os fins e sob as penas da Lei, que sou pobre no sentido legal, não possuindo
recursos de arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do meu próprio
sustento e de minha família, nos termos do art. 3º e 4º da Lei 1.060/50 e art. 5º da
Constituição Federal.

Assim, requeiro os benefícios da Justiça Gratuita em todos os
atos e termos deste processo perante a (o)

Piracuruca-PI, 16 de Dezembro de 2019.

Edilson de Cezar e Silva

Declarante



